



CÓD: OP-181AB-24
7908403553235

MACHADOS-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS – PERNAMBUCO – PE

Professor de Educação Física

EDITAL Nº 01/2024

Didática

1. A didática e a formação profissional do professor	5
2. O processo de ensino na escola	5
3. Objetivos de ensino, conteúdos, métodos e técnicos	5
4. Recursos de ensino e avaliação	6
5. Tipos de planos de ensino	7
6. PCNS	10
7. Projetos no cotidiano da escola	50
8. Alfabetização. Letramento. Habilidades. Competências	57
9. Educação Inclusiva	60
10. BNCC	61

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Física

1. Conceito, princípios, finalidades e objetivos da educação física escolar, tendências e filosofias subjacentes às concepções de educação física	111
2. Processo histórico da educação física	112
3. O homem e sua corporeidade; o homem e a motricidade	119
4. Metodologia do ensino da educação física escolar	127
5. A cultura corporal e sua expressão nos temas de dança (ritmos e movimentos), ginástica, jogo e esporte	127
6. A ludicidade e o jogo	130
7. Fundamentos metodológicos e princípios do esporte educacional, dos jogos e das expressões ginásticas	132
8. Indicação para uma transformadora – avaliação da educação física escolar	133
9. Conhecimento técnico da BNCC	139

- Exemplo: Métodos podem incluir aulas expositivas, discussões em grupo, atividades práticas, estudos de caso, uso de tecnologia, entre outros.

Técnicas Pedagógicas:

- Definição: As técnicas pedagógicas são ferramentas específicas ou atividades utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem.

- Exemplo: Técnicas podem envolver debates, jogos educativos, simulações, avaliações formativas, projetos práticos, entre outras abordagens.

Exemplo Integrado:

Objetivo de Ensino: “Ao final do curso sobre sustentabilidade, os alunos serão capazes de compreender os princípios fundamentais da sustentabilidade e aplicar soluções sustentáveis em contextos do mundo real.”

Conteúdos:

- Princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica.
- Exemplos de práticas sustentáveis em diferentes setores.
- Desafios globais relacionados à sustentabilidade.

Métodos de Ensino:

- Aulas expositivas para apresentar conceitos fundamentais.
- Discussões em grupo para explorar casos práticos de sustentabilidade.
- Atividades práticas, como visitas a locais sustentáveis.

Técnicas Pedagógicas:

- Simulações de situações práticas que exigem decisões sustentáveis.
- Avaliações formativas para monitorar o progresso dos alunos.
- Projeto final em que os alunos desenvolvem propostas sustentáveis.

Ao integrar esses elementos, os educadores podem criar planos de ensino mais eficazes, alinhados aos objetivos educacionais e adaptados às necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Essa abordagem holística contribui para uma experiência educacional mais completa e significativa.

RECURSOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

Os recursos didáticos são as ferramentas utilizadas pelo docente no decorrer do ano letivo, estando, frequentemente, sujeitos a algumas modificações ou a inserção de novos instrumentos que contribuirão para aperfeiçoamento das atividades e aulas executadas na escola. Esses recursos podem ser empregados em aplicações, cursos formatos distintos e constituem artigos indispensáveis para o estímulo desenvolvimento dos alunos. A utilização dos recursos didáticos auxiliam o professor no preenchimento das lacunas deixadas pela educação tradicional e na sua habilidade de possibilitar a que a visão do aluno seja expandida.

Os Recursos Didáticos e as Metodologias de Ensino

Uma metodologia de ensino abrange todas as ferramentas que os professores empregam na transmissão de seus saberes aos estudantes. Para isso, cada docente faz uso de um método, visando à um melhor modo de impulsionar seus alunos, guiando-os à obtenção do conhecimento. A metodologia é maneira de lecionar algo para uma pessoa e compartilhar com ela o seu conhecimento assimilado. Assim, no interior de cada metodologia de ensino, está a aplicação mais indicada ou considerada melhor para os recursos didáticos.

Conheça alguns dos recursos didáticos mais utilizados em sala de aula que auxiliam na didática conforme o plano de ensino apresentado pelo docente:

- lousa, giz, apagador
- computador com projetor
- textos manuais
- livros, revistas, jornais, cartazes
- televisão
- aparelho de DVD e filmes
- aparelho de som
- câmera fotográfica e/ou digital

O termo avaliação nos remete automaticamente ao processo de ensino e aprendizagem porque se constituem em articulações indissociáveis e inquietantes na práxis pedagógica dos docentes.

Tal momento de avaliar a aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida para esse processo de ensino e aprendizagem para retomar a prática pedagógica de forma mais adequada, uma vez que o objeto da ação avaliativa, no caso a aprendizagem, é dinâmico, e, com a função classificatória, a avaliação não auxilia o avanço e o crescimento para a autonomia. (LUCKESI, 2005).

A discussão sobre a avaliação escolar está diretamente vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotomizado: o professor ensina e o aluno aprende.

Os novos desafios do mundo contemporâneo exigem inovações didático pedagógicas que possam contribuir para que a escola cumpra com seus objetivos de ensino e aprendizagem proporcionando um espaço repleto de possibilidades. Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar, é necessário que esteja sintonizada com a finalidade do processo ensino e aprendizagem e como possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços e desta forma, mediar o processo de apropriação do conhecimento e consequentemente, com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana.

A perspectiva técnica e quantitativa da avaliação se constitui em um entrave a ser superado, uma vez que desconsidera a perspectiva ética. De acordo com Esteban (2000:15-6), “a avaliação na perspectiva técnica e quantitativa silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção do conhecimento; desvalorizando saberes, fortalece a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento”. Neste sentido, ao refletir sobre a avaliação, é necessário repensar o processo e agir no sentido de criar/consolidar práticas pedagógicas democráticas.

A prática pedagógica deve pautar-se em “iluminar a multiplicidade de culturas que permeiam o cotidiano escolar” (op. cit.). Isso “nos desafia a ultrapassar a dicotomia entre norma e desvio, subjacente ao antagonismo acerto e erro. Reconhecer a diversidade significa que vários conhecimentos não são formas “aceitáveis” para se atingir um “verdadeiro conhecimento”. Portanto, na valorização e expressão de múltiplos saberes, incentivando ações em que a diversidade e o diálogo entre os diferentes se constituam em elementos de aproximação. A avaliação escolar da forma como ocorre na grande maioria das escolas silencia as pessoas, suas culturas, seus processos de construção de conhecimento, desvalorizando-os.

A avaliação que nega o direito de voz de determinados segmentos sociais está respaldada em uma prática de exclusão, na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A avaliação, com esta ênfase de negação, funciona como instrumento de controle e de limitação das ações e atuações dos sujeitos no contexto escolar.

— Considerações iniciais

Refletindo o interesse crescente pelos assuntos que envolvem o processo educacional formal, a avaliação da aprendizagem tem sido intensamente discutida nos últimos anos. Tal discussão busca esclarecer os sentidos que as práticas avaliativas em todos os níveis e modalidades de ensino adquirem no contexto do processo pedagógico, sua importância e suas relações com as demais práticas existentes nas instituições educacionais.

A discussão sobre a avaliação escolar é marcada, sobretudo, pela crítica ao modelo avaliativo excessivamente centrado no aluno e na devolução dos conhecimentos transmitidos, uma vez que se passou a interpretar tal concepção como mais um produto do pensamento autoritário.

A avaliação da aprendizagem, no processo de alfabetização, apresenta características específicas, que serão apresentadas a seguir.

Características da avaliação do processo de alfabetização

No processo de avaliar a evolução da alfabetização, alguns princípios devem ser levados em conta, entre eles a consideração de que as crianças ainda se encontram na fase lúdica de aprendizagem, o que significa que elas precisam ser acompanhadas permanentemente, e não apenas em um momento específico reservado para a avaliação.

Além disso, é preciso considerar que a alfabetização se dá em tempos diferentes de acordo com as características de cada aluno. A ideia de “ciclos de aprendizagem” veio justamente daí, pois os ciclos estendem o tempo de alfabetização para além de um ano, com o objetivo de oferecer um tempo maior para a alfabetizar todos as crianças de uma mesma turma.

Outro princípio fundamental é o de que a avaliação não deve ser instrumento de punição e premiação dos alunos. Sua função, no contexto escolar, é contribuir para que a alfabetização (bem como qualquer outra aprendizagem) se consolide da melhor forma possível. Desse modo, a avaliação escolar deve possuir uma *função diagnóstica*.

Além disso a avaliação da aprendizagem, no processo de alfabetização, deve ter como instrumentos o diálogo entre professores e alunos, e a reflexão conjunta entre ambos sobre os avanços e dificuldades na aprendizagem. É neste sentido que a avaliação escolar adquire uma *função mediadora*.

TIPOS DE PLANOS DE ENSINO

— Plano de aula: fundamentos e prática¹

O planejamento está presente em nosso cotidiano, ao nortear a realização das atividades do dia a dia. Aplicado em diversos setores, é de fundamental importância para o êxito de nossas ações, inclusive na atividade docente, durante o processo educativo.

A ausência do planejamento pode ter consequências caóticas, resultados desastrosos, indesejados, inesperados! No âmbito educacional, pode acarretar em aulas monótonas, improvisadas, desorganizadas, desestimulantes, desencadeando o desinteresse dos estudantes pelo conteúdo e pelas aulas, o que é extremamente prejudicial, em oposição aos resultados desejados para a boa formação.

E se fosse você? Gostaria de participar de uma aula ministrada sem planejamento, realizada às pressas, por “falta de tempo” para sua elaboração, utilizando um recurso qualquer pelo fato do professor não ter selecionado ou se preparado previamente?

Estas questões merecem nossa atenção de maneira muito cuidadosa, porque além do planejamento refletir o que será realizado, reveste-se de uma grande responsabilidade, assumida pelo educador na formação do estudante e no compromisso com a escola, com a educação e com a sociedade.

Conforme os níveis de complexidade, o educador elabora diferentes planos: plano de curso, plano de ensino e plano de aula. Estes documentos possuem como objetivo geral, a previsão de resultados desejáveis e descrição dos meios necessários para alcançar estes resultados.

Certamente, antes de iniciar a construção dos planos é necessário conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais legislações que regem o ensino, o Código de Ética Profissional e o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, como documento norteador na elaboração do planejamento do docente.

— Plano de curso

Os Planos de Curso, componentes do PPP, objetivam garantir a organicidade e continuidade dos cursos oferecidos pela Escola. Por exemplo, considere o cenário educativo de uma Universidade: como tem vários cursos, cada curso tem o seu próprio Plano de Curso. Se criar um novo curso, deverá ser elaborado o Plano de Curso correspondente e encaminhado à autoridade competente (Secretaria de Educação, do Município ou Estado), para ser analisado e homologado; somente após a homologação oficial é que as turmas poderão ser abertas (LDB 9.394/96).

O Plano de Curso explicita os objetivos educacionais e perfis profissionais a serem desenvolvidos, como parâmetros para a organização da Instituição, dos cursos como um todo, das atividades programadas, servindo como referência das ações dos docentes e estudantes.

Na estrutura o Plano de Curso contém: a descrição dos objetivos do curso; sequência dos componentes curriculares; conteúdos programáticos, como subsídio à elaboração dos planos de ensino; carga horária mínima dos cursos e seus componentes curriculares; planos de estágio profissional; procedimentos de acompanhamento e avaliação.

¹ https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

— **Plano de ensino**

É aquele que compreende todo o processo ensino aprendizagem durante o ano letivo, explicitando todas as disciplinas ou módulos do curso. É o documento que o aluno recebe no primeiro dia de aula descrevendo: identificação da disciplina, carga horária, objetivos, cronograma de atividades (conteúdos), instrumentos de avaliativos, bibliografia recomendada.

Eventualmente o educador não tem oportunidade de elaborar o plano de ensino, pois, conforme a instituição, o mesmo é previamente elaborado e apresentado, sem espaço para ser revisitado.

— **Plano de aula**

Está diretamente relacionado ao plano de ensino, mas descreve uma sequência didática a ser seguida para o desenvolvimento integral e integrado da aprendizagem, diariamente, em cada aula ou atividade prática (laboratório, estágio, visita).

Facilita a visualização da dinâmica da aula ou atividade, contribui para que outro docente possa utilizar-se desta referência, em caso de impossibilidade ou ausência do docente responsável.

Elaboração de um plano de aula

Para Libâneo, “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor definir as estratégias pedagógicas, conforme o objetivo a ser alcançado, criteriosamente adequado para as diferentes turmas, com flexibilidade suficiente, caso necessite de alterações.

Na elaboração do plano de aula devemos nos atentar para:

- Clareza e objetividade;
- Atualização do plano periodicamente;
- Conhecimento dos recursos disponíveis da escola;
- Noção do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo abordado;
- Articulação entre a teoria e a prática;
- Utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem;
- Sistematização das atividades de acordo com o tempo disponível (dimensionar o tempo/carga horária, segundo cada etapa da aula/atividade);
- Flexibilidade frente a situações imprevistas;
- Realização de pesquisas buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes entre outros;
- Elaboração de aulas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes.

Ao elaborar o plano, faça um diagnóstico inicial, respondendo a questões:

Para quem vou ensinar? Quem são os estudantes? Quais as características (faixa etária, grau de maturidade, conhecimentos prévios, habilidades adquiridas, contexto social em que vivem (alunos trabalhadores com múltiplas jornadas de trabalho))?

Por que ensinar? Quais os objetivos da educação e da escola? Do módulo ou da aula?

Quais as competências a serem desenvolvidas? Na educação, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, o processo educacional para propiciar mudanças de pensamentos, ações e condutas.

Essa estruturação resulta do planejamento diretamente relacionado à seleção de conteúdos, de procedimentos, de atividades, de recursos disponíveis, de estratégias, de instrumentos de avaliação e da metodologia a ser adotada no processo educativo, alinhados à formação das competências, de acordo com o perfil profissional delineado pela escola.

O que ensinar? Qual o conteúdo requerido, selecionado? Como integrar conteúdos e outras áreas do saber (temas transversais, interdisciplinaridade)?

Como ensinar? Quais os recursos didáticos disponíveis? Outros podem ser providenciados/ construídos? Qual o período da aula (matutino, vespertino, noturno)? Como aproveitar os conhecimentos e experiências prévias? Quais estratégias utilizar?

Como verificar a aprendizagem? Como acompanhar o processo educativo? Quais os critérios para definir o sistema de avaliação?

Quais os métodos e tipos de instrumentos de avaliação? Há coerência entre os métodos de avaliação e os objetivos delineados? Consideram os resultados a serem alcançados?

Nessa perspectiva, em um modelo prático (mas, não único!), estruturalmente o Plano de Aula é constituído por: Identificação, Objetivos, Conteúdos, Metodologias, Recursos e Avaliação.

1. Cabeçalho e identificação

Escola:
Turma:
Disciplina:
Professor(a):
Data:
Horário:
Duração:
Tema:

2. Objetivos

Para falarmos sobre objetivos vamos relembrar um trecho do filme “Alice no País das Maravilhas”, aquele em que a personagem se encontra frente a vários caminhos para prosseguir sua busca pelo coelho que fugiu com o relógio:

Ao ver um grande gato no alto de uma árvore pergunta-lhe:

— Você pode me ajudar?

Ele diz: — Sim, pois não.

— Para onde vai essa estrada, pergunta ela. Ele responde com outra pergunta:

— Para onde você quer ir? Ela diz: — Não sei, estou perdida.

Ele, então, lhe diz assim: — Para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve.

Os professores, especialmente àqueles que compreendem a função social e política da educação, não podem ser estilo “Alice”, ou seja, não ter clareza do que querem atingir com suas aulas. Como escapar desse estilo? É necessário planejar criteriosamente suas aulas.

A elaboração de um plano de aula inicia-se com a formulação dos objetivos de aprendizagem, ou seja, a definição clara e precisa do que se espera que o estudante seja capaz de fazer após a conclusão da aula/disciplina. A elaboração de objetivos mais adequados ao ensino pode ser facilitada pelo uso da Taxonomia de Bloom (auxilia a identificação e a declaração dos objetivos).

Dentro desse universo de produções da cultura corporal de movimento, algumas foram incorporadas pela Educação Física como objetos de ação e reflexão: os jogos e brincadeiras, os esportes, as danças, as ginásticas e as lutas, que têm em comum a representação corporal de diversos aspectos da cultura humana. São atividades que ressignificam a cultura corporal humana e o fazem utilizando ora uma intenção mais próxima do caráter lúdico, ora mais próxima do pragmatismo e da objetividade.

A Educação Física tem uma história de pelo menos um século e meio no mundo ocidental moderno. Possui uma tradição e um saber-fazer ligados ao jogo, ao esporte, à luta, à dança e à ginástica, e, a partir deles, tem buscado a formulação de um recorte epistemológico próprio.

O trabalho na área da Educação Física tem seus fundamentos nas concepções socioculturais de corpo e movimento, e a natureza do trabalho desenvolvido nessa área se relaciona intimamente com a compreensão que se tem desses dois conceitos.

Historicamente, suas origens militares e médicas e seu atrelamento quase servil aos mecanismos de manutenção do status quo vigente na sociedade brasileira contribuíram para que tanto a prática como a reflexão teórica no campo da Educação Física restringissem os conceitos de corpo e movimento fundamentos de seu trabalho aos seus aspectos fisiológicos e técnicos.

No entanto, é necessário superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado, decorrente deste referencial conceitual, e caracterizar a Educação Física de forma mais abrangente, incluindo todas as dimensões do ser humano envolvidas em cada prática corporal.

Atualmente, a análise crítica e a busca de superação dessa concepção apontam a necessidade de que se considerem também as dimensões cultural, social, política e afetiva, presentes no corpo vivo, isto é, no corpo das pessoas, que interagem e se movimentam como sujeitos sociais e como cidadãos.

Buscando uma compreensão que melhor contemple a complexidade da questão, a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais adotou a distinção entre organismo no sentido estritamente fisiológico e corpo que se relaciona dentro de um contexto sociocultural e aborda os conteúdos da Educação Física como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos.

Portanto, entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Trata-se, portanto, de localizar em cada uma dessas modalidades (jogo, esporte, dança, ginástica e luta) seus benefícios humanos e suas possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão de sentimentos e emoções, de lazer e de manutenção e melhoria da saúde. E a partir deste recorte, formular as propostas de ensino e aprendizagem da Educação Física escolar.

É fundamental também que se faça uma clara distinção entre os objetivos da Educação Física escolar e os objetivos do esporte, da dança, da ginástica e da luta profissionais. Embora sejam uma fonte de informações, não podem transformar-se em meta a ser almejada pela escola, como se fossem fins em si mesmos.

A Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos. Cabe assinalar que os alunos portadores de necessidades especiais não podem ser privados das aulas de Educação Física.

Seja qual for o objeto de conhecimento em questão, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Sobre o jogo da amarelinha, o de voleibol ou uma dança, o aluno deve aprender, para além das técnicas de execução (conteúdos procedimentais), a discutir regras e estratégias, apreciá-los criticamente, analisá-los esteticamente, avaliá-los eticamente, ressignificá-los e recriá-los (conteúdos atitudinais e conceituais).

É tarefa da Educação Física escolar, portanto, garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las, e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente.

Fonte: BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

— Histórico

Para que se compreenda o momento atual da Educação Física é necessário considerar suas origens no contexto brasileiro, abordando as principais influências que marcam e caracterizam esta disciplina e os novos rumos que estão se delineando.

No século passado, a Educação Física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades, quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada.

Visando melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população. A Educação Física, então, favoreceria a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças. Além disso, havia no pensamento político e intelectual brasileiro da época uma forte preocupação com a eugenia. Como o contingente de escravos negros era muito grande, havia o temor de uma “mistura” que “desqualificasse” a raça branca. Dessa forma, a educação sexual associada à Educação Física deveria incutir nos homens e mulheres a responsabilidade de manter a “pureza” e a “qualidade” da raça branca.

Embora a elite imperial estivesse de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos, havia uma forte resistência na realização de atividades físicas por conta da associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo. Qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos, considerada “menor”. Essa atitude dificultava que se tornasse obrigatória a prática de atividades físicas nas escolas.

Dentro dessa conjuntura, as instituições militares sofreram influência da filosofia positivista, o que favoreceu que tais instituições também pregassem a educação do físico. Almejando

a ordem e o progresso, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria e seus ideais.

No ano de 1851 foi feita a Reforma Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte. De modo geral, houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Em relação aos meninos, a tolerância era um pouco maior, já que a ideia de ginástica se associava às instituições militares; mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas.

Em 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre o Projeto 224 — Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública —, no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas. Nesse parecer, ele destacou e explicitou sua ideia sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual.

No início deste século, a Educação Física, ainda sob o nome de ginástica, foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

Nessa mesma época a educação brasileira sofria uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano. Essa conjuntura possibilitou que profissionais da educação na III Conferência Nacional de Educação, em 1929, discutissem os métodos, as práticas e os problemas relativos ao ensino da Educação Física.

A Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus — o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês —, que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi à primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente.

Na década de 30, no Brasil, dentro de um contexto histórico e político mundial, com a ascensão das ideologias nazistas e fascistas, ganham força novamente as ideias que associam a eugeniação da raça à Educação Física. O exército passou a ser a principal instituição a comandar um movimento em prol do “ideal” da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar. O discurso eugênico logo cedeu lugar aos objetivos higiênicos e de prevenção de doenças, estes sim, passíveis de serem trabalhados dentro de um contexto educacional.

A finalidade higiênica foi duradoura, pois instituições militares, religiosas, educadores da “escola nova” e Estado compartilhavam de muitos de seus pressupostos.

Mas a inclusão da Educação Física nos currículos não havia garantido a sua implementação prática, principalmente nas escolas primárias. Embora a legislação visasse tal inclusão, a falta de recursos humanos capacitados para o trabalho com Educação Física escolar era muito grande.

Apenas em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparar a juventude para a defesa da nação e para o cumprimento dos deveres com a economia.

Os anos 30 tiveram ainda por característica uma mudança conjuntural bastante significativa no país: o processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. Nesse contexto, a Educação Física ganhou novas atribuições: fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.

Do final do Estado Novo até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, houve um amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa lei ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e médio. A partir daí, o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física. O processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas.

Após 1964, a educação, de modo geral, sofreu as influências da tendência tecnicista. O ensino era visto como uma maneira de se formar mão-de-obra qualificada. Era a época da difusão dos cursos técnicos profissionalizantes. Nesse quadro, em 1968, com a Lei n. 5.540, e, em 1971, com a 5.692, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno.

Na década de 70, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os Estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o “milagre econômico brasileiro”. Nesse período estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970.

Em relação ao âmbito escolar, a partir do Decreto n. 69.450, de 1971, considerou-se a Educação Física como “a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. A falta de especificidade do decreto manteve a ênfase na aptidão física, tanto na organização das atividades como no seu controle e avaliação. A iniciação esportiva, a partir da quinta série, tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais, representando a pátria. Nesse período, o chamado “modelo piramidal” norteou as diretrizes políticas para a Educação Física: a Educação Física escolar, a melhoria da aptidão física da população urbana e o empreendimento da iniciativa privada na organização desportiva para a comunidade comporiam o desporto de massa que se desenvolveria, tornando-se um desporto de elite, com a seleção de indivíduos aptos para competir dentro e fora do país.

Na década de 80 os efeitos desse modelo começaram a ser sentidos e contestados: o Brasil não se tornou uma nação olímpica e a competição esportiva da elite não aumentou o número de praticantes de atividades físicas. Iniciou-se então uma profunda crise de identidade nos pressupostos e no próprio discurso da Educação Física, que originou uma mudança significativa nas políticas educacionais: a Educação Física escolar, que estava voltada

principalmente para a escolaridade de quinta a oitava séries do primeiro grau, passou a priorizar o segmento de primeira a quarta e também a pré-escola. O enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento.

O campo de debates se fertilizou e as primeiras produções surgiram apontando o rumo das novas tendências da Educação Física. A criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física, o retorno de professores doutorados fora do Brasil, as publicações de um número maior de livros e revistas, bem como o aumento do número de congressos e outros eventos dessa natureza foram fatores que também contribuíram para esse debate.

As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No primeiro aspecto, se ampliou a visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, se abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento).

Atualmente se concebe a existência de algumas abordagens para a Educação Física escolar no Brasil que resultam da articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas. Todas essas correntes têm ampliado os campos de ação e reflexão para a área e a aproximado das ciências humanas, e, embora contenham enfoques científicos diferenciados entre si, com pontos muitas vezes divergentes, têm em comum a busca de uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano.

Nas escolas, embora já seja reconhecida como uma área essencial, a Educação Física ainda é tratada como “marginal”, que pode, por exemplo, ter seu horário “empurrada” para fora do período em que os alunos estão na escola ou alocada em horários convenientes para outras áreas e não de acordo com as necessidades de suas especificidades (algumas aulas, por exemplo, são no último horário da manhã, quando o sol está a pino). Outra situação em que essa “marginalidade” se manifesta é no momento de planejamento, discussão e avaliação do trabalho, no qual raramente a Educação Física é integrada. Muitas vezes o professor acaba por se convencer da “pequena importância” de seu trabalho, distanciando-se da equipe pedagógica, trabalhando isoladamente. Paradoxalmente, esse professor é uma referência importante para seus alunos, pois a Educação Física propicia uma experiência de aprendizagem peculiar ao mobilizar os aspectos afetivos, sociais, éticos e de sexualidade de forma intensa e explícita, o que faz com que o professor de Educação Física tenha um conhecimento abrangente de seus alunos. Levando essas questões em conta e considerando a importância da própria área, evidencia-se cada vez mais, a necessidade de integração.

A Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 20 de dezembro de 1996 busca transformar o caráter que a Educação Física assumiu nos últimos anos ao explicitar no art. 26, § 3o, que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos

noturnos”. Dessa forma, a Educação Física deve ser exercida em toda a escolaridade de primeira a oitava séries, não somente de quinta a oitava séries, como era anteriormente.

A consideração à particularidade da população de cada escola e a integração ao projeto pedagógico evidenciaram a preocupação em tornar a Educação Física uma área não marginalizada.

— Atividade Física

Nos povos primitivos a educação era essencialmente natural e predominavam as atividades vitais à sobrevivência, englobando tanto o aspecto imitativo e coparticipativo quanto o aspecto lúdico. O seu cotidiano caracterizava-se por uma exercitação intensa que marcavam de forma decisiva a vivência de movimentos corporais diversificados e necessários à superação dos obstáculos presentes na vida diária.

Essa educação consistia, pois, na transmissão de vivências e experiências fundamentais à sobrevivência do indivíduo e do grupo através das habilidades de caça e pesca, fuga de intempéries e proteção dos grandes animais. Ao mesmo tempo, aprendia-se também os usos e costumes, cantos, danças, rituais de adoração e, sobretudo, o uso da linguagem, que se constitui o principal instrumento educativo, de comunicação e de transmissão da cultura.

Inicialmente, pelo seu caráter nômade, as habilidades de caça e pesca e o vigor físico foram essencialmente importantes para que os povos antigos atingissem o próximo estágio na sua escalada evolutiva, a sedentarização. A vida sedentária exigiu o domínio de técnicas mais elaboradas que se concretizaram nas técnicas rudimentares da agricultura e domesticação de animais, absolutamente imprescindíveis à nova forma de organização social. Oliveira assinala que,

Em qualquer desses momentos, foi necessário o aprimoramento das habilidades físicas para a otimização de gestos e a construção de ferramentas que possibilitassem maior sucesso nas práticas de sobrevivência. A partir do instante em que o homem se sedentariza, podemos registrar o início da luta pela posse de terras.

Esses fatores (sedentarização e luta pela posse de terras) dão início a algo bastante interessante: os grupos humanos já estabelecidos em algum lugar e que, conseqüentemente, passaram a levar uma vida mais sedentária, começam a perder os embates para as hordas nômades possuidoras de maior resistência física.

Após inúmeras derrotas, os grupos sedentários passam a manter atividades físicas organizadas e constantes, cujo objetivo é a preparação para resistir aos novos possíveis ataques, estabelecendo, desse modo, o princípio desencadeador dos treinamentos físicos com finalidades específicas. Pode-se afirmar, então, que a Educação Física na Antiguidade (no sentido de que privilegiava tão somente o aspecto físico) pode ser entendida como uma preparação para os embates, com caráter predominantemente militar e guerreiro.

Da formação do atleta à formação do guerreiro

Além da educação espontânea que caracteriza os antigos habitantes da terra, existia nos povos da Antiguidade grega uma outra forma de educação: a educação dos efebos. Nesta forma de educação, os jovens eram submetidos a exercícios rigorosos longe de seus clãs. Essa espécie de ritual destinava-se a prepará-los adequadamente para as atividades guerreiras, incluindo exercícios diversificados, que pretendiam, sobretudo, disciplinar a alma, expulsar o demônio e promover a aquisição do caráter masculino próprio do guerreiro primitivo.